Além de filho, esposa e irmã de deputado têm cargos no governo Cida

Por João Frey 19/07/2018 17:29

Deputado Ricardo Arruda (PSL) (Foto: Albari Rosa/Gazeta do Povo)|
Foto:

Em junho, o blog informou que o filho do deputado estadual Missionário Ricardo Arruda (PSL) havia sido nomeado para um cargo na Agepar, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná. Desde essa publicação, dois outros parentes do deputado foram nomeados para cargos em comissão no governo.

No dia 9 de julho, a esposa do parlamentar, Patrícia Miranda Arruda Nunes, foi nomeada membro da Junta Administrativa de Recursos e Infrações, a Jari. Esse órgão é ligado ao Detran e tem a

atribuição de julgar recursos de motoristas que cometeram infrações de trânsito. No cargo, a remuneração de Patrícia Nunes é de R$ 1,5 mil por reunião do colegiado, que se reúne, no máximo, quatro vezes por mês, segundo informações do governo do Paraná.

LEIA MAIS: Greca exonera ex-vereador, mas nomeia filho do parlamentar em seu lugar

Na Jari, a esposa do parlamentar assumiu a cadeira que antes era da irmã de Arruda, Elaine Arruda Nunes Gonçalves, que havia sido nomeada poucos dias antes, em 2 de julho. De acordo com o governo, a troca de uma parente por outra decorreu de um erro.

“Neste caso, houve um erro interno na redação do decreto de nomeação e os nomes foram trocados, por isso a nomeação anterior foi tornada sem efeito e foi necessária a publicação de uma nova nomeação”, disse, em nota, o governo. De fato, o decreto número 10.403 de 2018 anulou a nomeação de Elaine.

No dia 22 de junho, entretanto, Elaine foi nomeada para o cargo de diretora adjunta no Departamento de Imprensa Oficial do Estado. A remuneração da função é R$ 8.954,59.

Além dessas nomeações mais recentes, há ainda uma sobrinha do deputado que ocupa um cargo em comissão na Secretaria de Desenvolvimento Urbano desde 2015. No cargo, Alessandra Arruda Nunes Morano recebe R$ 7.072,07 mensais.

Por meio de seu advogado, o deputado Missionário Ricardo Arruda afirmou que “os espaços que os profissionais possam ocupar, seja na seara pública ou privada, decorrem de seus próprios méritos”.

O governo, por outro lado, confirmou que os nomes foram indicados pelo parlamentar.

"As indicações foram feitas pelo parlamentar e avaliadas internamente. Todos os indicados comprovaram qualificação para a função", diz a nota do Executivo.

Tanto o governo como o deputado negam que as indicações sejam contrapartida para apoio político. Segundo o governo, "não há cota de cargos" para o parlamentar.

Já o advogado de Arruda negou que tenha havido "alguma exigência ou ajuste para a obtenção de espaços no governo e/ou benefícios de que ordem seja".

Reação do parlamentar

Após ser procurado pelo blog para apresentar sua versão dos fatos, Arruda publicou um vídeo em sua página no Facebook em que acusa o blog de perseguição. Segundo ele, a reportagem é tendenciosa, fruto de manipulação da "maldita imprensa da esquerda". A reportagem, segundo ele, foi motivada por questões ideológicas.

Decretos de nomeação

Acompanhe o blog no Twitter.

João Frey

› veja + em João Frey

Deixe sua opinião

Aguarde...
Carregando comentários.

Como você se sentiu com o conteúdo dessa matéria?

Surpreso 0	Inspirado 0	Indiferente 0
Indignado 0	Triste 0	Feliz 0